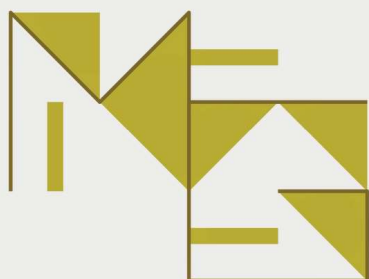




FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G

**CONSULTORIA
POLÍTICA**

AGENDA SEMANAL

**02 a 06 de fevereiro
2026**



Cenário Político

O Congresso Nacional inicia seus trabalhos de 2026 com uma agenda apertada e fortemente influenciada pelas eleições de outubro. O período legislativo "útil" é curto, e tanto o governo quanto a oposição correm para aprovar pautas prioritárias antes do foco total nas campanhas.

Pauta do Governo: Prioridade para medidas de impacto O governo Lula prioriza a votação de Medidas Provisórias com forte apelo popular, como a MP do Gás do Povo, que garante gratuidade do botijão para famílias de baixa renda, e a renegociação de dívidas de produtores rurais afetados por eventos climáticos. A estratégia é criar uma "vitrine" eleitoral positiva logo no início do ano. Há também um esforço para aprovar a indicação de Jorge Messias ao STF, que deve ser sabatinado após o Carnaval, com expectativa de apoio consolidado no Senado após acordos com Davi Alcolumbre.

Oposição e Pautas de Segurança A oposição retorna pressionando por temas de desgaste ao governo e aceno à sua base. O foco principal é a derrubada do veto de Lula ao PL da Dosimetria, que beneficia Jair Bolsonaro e condenados do 8 de janeiro. Além disso, há forte pressão pela instalação de uma CPI do Banco Master, que tem assinaturas suficientes mas depende da vontade política de Hugo Motta e Alcolumbre para sair do papel — algo que ambos têm evitado. A pauta de segurança pública, incluindo a PEC da Segurança e o PL Antifacção, deve ficar para depois do Carnaval, com o governo tentando mitigar alterações que esvaziam seus poderes.

Clima Político e Articulação O clima é de "cada um por si" com a proximidade das urnas. A base governista segue fragmentada e desorganizada, com receios sobre a mudança na articulação política (saída de Gleisi e entrada de Olavo Noletto). O "Centrão", liderado por Motta e Alcolumbre, adota uma postura pragmática: apoia o governo em pautas econômicas e de interesse mútuo, mas mantém canais abertos com a oposição e segura temas sensíveis como forma de pressão. O caso do Banco Master segue como uma "espada" sobre o Congresso e o Judiciário, com potencial de inflamar a relação entre os Poderes.

PEC da Segurança Pública

A definição sobre a PEC da Segurança Pública ficou para depois do Carnaval de 2026, conforme alinhamento firmado entre o presidente da Câmara, Hugo Motta, e o recém-empossado ministro da Justiça, Wellington César. A estratégia visa utilizar as próximas semanas para que o relator, deputado Mendonça Filho, realize uma rodada final de negociações com as bancadas partidárias, o governo e a oposição, com a meta de levar o texto à votação na comissão especial e no plenário até meados de março.

O cenário político permanece marcado por divergências centrais sobre o teor da proposta. O Palácio do Planalto busca reverter alterações feitas pelo relator que, segundo avaliação de governistas e do ex-secretário Mario Sarrubbo, desidrataram o texto original ao retirar poderes de coordenação da União. Para o governo, a versão atual enfraquece a integração do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e favorece acordos regionais isolados. Em contrapartida, Mendonça Filho e a oposição defendem a manutenção do texto descentralizado para preservar a autonomia dos estados e evitar o que classificam como interferência federal indevida nas polícias locais.

Apesar dos impasses, a aprovação da matéria continua sendo o pré-requisito estabelecido pelo presidente Lula para a criação do Ministério da Segurança Pública. A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, reforçou que a nova pasta depende da segurança jurídica que a emenda constitucional trará. Nesse contexto, o Legislativo também planeja votar o "PL Antifacção" logo após a deliberação da PEC, consolidando a pauta de segurança como prioridade para o primeiro semestre do ano eleitoral.

Pauta do Congresso

O Congresso Nacional retoma os trabalhos em 2026 com a pauta travada por 53 dos 73 vetos presidenciais pendentes, exigindo deliberação prioritária. O embate central gira em torno do veto integral de Lula ao "PL da Dosimetria", que buscava reduzir penas de condenados pelos atos de 8 de janeiro, e da disputa remanescente sobre o licenciamento ambiental simplificado, considerado pelo Executivo um risco à segurança jurídica. A agenda inclui ainda divergências sobre a regulamentação da Reforma Tributária, cortes de quase R\$ 400 milhões no Orçamento e a rejeição ao aumento do número de deputados, configurando um início de ano legislativo pressionado por impasses institucionais e econômicos.

Notícias da Semana



STF retoma trabalhos com divisão interna e se vê alvo do Congresso em ano eleitoral

FOLHA DE S. PAULO



Congresso abre ano legislativo nesta segunda (2); conheça rito da sessão



Como a saída de Angelo Coronel do PSD leva tensão à campanha do PT na Bahia

veja



PP prioriza derrubar veto de Lula no Congresso mesmo mantendo espaço na Esplanada

O GLOBO



Congresso reabre em ano eleitoral e disputa com governo votações de vetos, segurança e trabalho

ESTADÃO



Delator diz que era informante de Moro e que podia pedir grampo de alvos





Sessão Solene

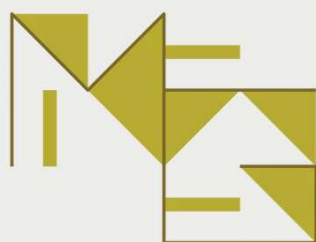
Segunda-feira (02) - 15h

Tema: Destinada a inaugurar a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*